

Estado de São Paulo 20 de out 1998

dias para tapar o rombo das contas públicas o mais rápido possível, na tentativa de estancar definitivamente a saída de capitais externos. De outro lado, os congressistas e parte do próprio governo pressionam para o programa ser divulgado somente após o segundo turno das eleições, ou seja, na próxima semana.

O ajuste fiscal – a economia que todo o setor público brasileiro, incluindo União, Estados, municípios e estatais terá de fazer em 1999 – ficará dentro do intervalo de 2,5% a 3% PIB, o equivalente a R\$ 22,5 bilhões a R\$ 27 bilhões, considerando-se um PIB de R\$ 900 bilhões. Esse ajuste,

Essa meta é o principal compromisso que o governo brasileiro está assumindo perante o Fundo Monetário Internacional (FMI) para ter acesso a uma linha de crédito destinada a fechar as contas externas do País, caso os investimentos estrangeiros sejam insuficientes. Para cumprir essa condição negociada, será anunciado nos próximos dias um conjunto de medidas de cortes nos gastos de custeio e investimento do governo federal e aumento de receitas, incluindo de tributos, como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O governo também pretende cobrar uma contribuição dos servi-

dade Fiscal, que fazem parte do pacote, vão permitir ao governo federal maior controle das contas do Executivo, Legislativo e Judiciário em nível estadual e municipal.

Com a entrega do pacote ao presidente hoje, a equipe econômica passará a dedicar-se à revisão do Orçamento de 1999. A idéia é enviar a nova proposta orçamentária ao Congresso no dia 3. Além da revisão das receitas, que foram superestimadas na proposta original, o Orçamento está sendo adequado à nova meta de superávit primário para a União, que será superior aos R\$ 8,7 bilhões fixados em medida provisória há dois meses.

# Programa terá duas leis como base

*Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei das Finanças Públicas vão até fixar penas para a má gestão*

**B**RASÍLIA – O regime fiscal que o governo federal pretende instituir para o setor público a partir de 1999 terá como base a Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal e a nova Lei das Finanças Públicas (atual n.º 4.320, de 1964). Com isso, governadores, secretários estaduais de Fazenda e prefeitos, bem como ministros da área econômica, serão responsabilizados pelo descumprimento das metas de ajuste das finanças públicas. Em consequência, os gastos do Executivo, Legislativo e Judiciário serão mais controlados.

Os dois projetos de lei fazem parte do pacote que a equipe econômica ficou de entregar hoje ao presidente Fernando Henrique Cardoso. A Lei das Finanças Públicas, que já tem vários projetos tramitando no Congresso, apenas vai detalhar os instrumentos contábeis e orçamentários da União, dos Estados e municípios, enquanto a Lei de Responsabilidade Fiscal trará uma nova visão de administração das receitas e despesas públicas e exigirá a fixação de metas e limites de gastos para as várias instâncias do Executivo.

“É a Lei de Responsabilidade Fiscal que fará a mudança no nosso regime fiscal”, afirmou ao Estado uma fonte que participa da elaboração da legislação. O anteprojeto prevê não apenas metas para variáveis importantes

das finanças públicas, como a relação dívida/receita, mas estabelece tetos para os gastos.

Para completar, serão criados, ainda, mecanismos capazes de suspender atividades e projetos toda vez que os limites de gastos forem atingidos. É o caso do “gatilho”, inspirado na legislação norte-americana, com o qual a equipe econômica pretende inaugurar uma nova mentalidade na administração pública.

A lei também vai prever punições para as autoridades fiscais que descumprirem as metas. Uma forma de punição será a suspensão do repasse de recursos dos fundos de participação dos Estados e municípios (FPE e FPM), compostos pela arrecadação de tributos federais, como o Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Hoje, a lei não prevê nenhuma consequência para o administrador público que gasta além das receitas.

Uma trajetória crescente para o superávit primário – a sobra das receitas em relação às despesas, exceto os juros da dívida – também será exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Todo esse esforço visa a um acompanhamento mais próximo do governo federal na situação financeira dos Estados e municípios, apontados como os principais responsáveis pelo mau desempenho das contas primárias do País

– que desconsideram a conta de juros da dívida. Como o resultado é apresentado de forma global, abrangendo todo o setor público, o governo federal quer interferir mais nesse indicador, um dos que mais influenciam o grau de confiança dos investidores internacionais no País.

**Debate** – Essas medidas foram discutidas com o presidente da República diversas vezes e passaram por várias etapas de depuração. A idéia é discutir o programa mais uma vez, ainda hoje, com Fernando Henrique, dependendo do horário da sua chegada de Portugal.

“A programação prevê a entrega do plano ao presidente amanhã (hoje) e, assim, ele pode iniciar a conversa com os líderes”, disse a fonte. O

plano plurianual traçará uma trajetória para a redução do déficit nominal até 2001. O déficit acumulado de janeiro a julho é de 7,02% do Produto Interno Bruto. Uma das alternativas seria a sua redução, no fim dos três anos, para cerca de 2,5% do PIB.

O superávit primário do primeiro ano do plano se situará entre 2,5% e 3% do PIB, com medidas, basicamente, de contenção de gastos e aumento da arrecadação, com a alíquota mais alta da CPMF e cortes de incentivos e subsídios.

**Liliana Enriqueta Lavoratti e Beatriz Abreu**

**P**LANO SERÁ  
SUBMETIDO AO  
PRESIDENTE  
HOJE